

PROJETO EDUCATIVO 2019 – 2022



Aprovado pelo Conselho Geral a 29 de julho de 2021

quando escrevo mar
o mar todo entra pela janela
Al Berto, O Medo

Índice

1. Enquadramento legal.....	3
2. Missão	3
3. Visão.....	3
4. Valores	3
5. Caracterização da Escola	4
6. Meio envolvente.....	4
7. Comunidade Escolar.....	5
8. Oferta formativa	5
9. Diagnóstico Estratégico da Escola.....	7
10. Sucesso escolar	8
11. Projetos	9
11.1 Educação Sexual	10
12. Parcerias	13
13. Princípios orientadores do currículo dos ensinos básico e secundário e da avaliação das aprendizagens.....	13
13.1. Opções estruturantes de natureza curricular e pedagógica.....	14
14. Linhas de atuação para a inclusão.....	15
15. Quadros operacionais de indicadores e metas do Projeto Educativo	17
16. Divulgação.....	22
17. Monitorização e avaliação do Projeto Educativo	22
18. Bibliografia	23

Índice de quadros

Quadro 1 – Pessoal docente.....	5
Quadro 2 – Pessoal não docente (últimos 3 anos).....	5
Quadro 3 – População estudantil.....	5
Quadro 4 – Percursos no ano letivo de 2019/2020	6
Quadro 5 – Problemas/Necessidades diagnosticados	7
Quadro 6 – Avaliação Interna	8
Quadro 7 – Projetos.....	9
Quadro 8 – Implementação da Educação Sexual	11
Quadro 9 – Participação dos alunos e dos pais na Educação Sexual.....	12
Quadro 10 – Problema A	17
Quadro 11 – Problema B	18
Quadro 12 – Problema C	19
Quadro 13 – Problema D.....	20
Quadro 14 – Problema E	21

1. Enquadramento legal

O Projeto Educativo de Escola (PEE) é, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho, um documento que consagra a orientação educativa da escola, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais se propõe cumprir a sua função educativa. Nessa medida, o PEE consubstancia a autonomia e a identidade da escola.

2. Missão

Enquanto serviço público da educação, a Escola Secundária Poeta Al Berto (ESPAB) tem como missão:

- a) ser reconhecida como uma organização educativa de referência pela qualidade do serviço prestado, pelas práticas educativas inovadoras e criativas, pelo seu empreendedorismo e pelos resultados escolares obtidos;
- b) ser uma Escola Aberta a todos os alunos, numa perspetiva de plena inclusão, proporcionando uma oferta formativa diversificada;
- c) proporcionar experiências formativas diversas, de âmbito cultural, social e cívico;
- d) incentivar o sentido de comunidade, o compromisso dos indivíduos com a sociedade e o exercício ativo da cidadania, na procura do bem comum, associados ao objetivo de criar hábitos de organização e discussão democráticos;
- e) constituir-se como um espaço de bem-estar físico, psicológico e social.

3. Visão

A escola pretende ser reconhecida como instituição de referência pela qualidade da formação científica e humanista, atendendo aos interesses, às necessidades e aos ritmos individuais de aprendizagem dos alunos, promovendo simultaneamente uma cidadania mais ativa, participada e responsável, em articulação com famílias e outros agentes educativos.

4. Valores

No cumprimento dos princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa (Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto), na observância dos princípios e objetivos adequados aos ensinamentos básico e secundário da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto) e no cumprimento dos princípios do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação (Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril) a ESPAB orienta-se pelos seguintes valores:

- a) Inclusão
- b) Flexibilidade
- c) Responsabilidade
- d) Respeito
- e) Trabalho
- f) Valor e Excelência
- g) Justiça
- h) Dignidade
- i) Autonomia
- j) Participação e Democraticidade

5. Caracterização da Escola

A Escola Secundária foi fundada no ano letivo de 1993-1994, funcionando o 3.º ciclo do ensino básico nas instalações da Escola Básica 2,3 Vasco da Gama e o 10.º ano num edifício de habitação cedido pela Câmara Municipal. Só em 1995-1996 as instalações atuais da Escola abriram as suas portas a alunos, professores e funcionários.

A atribuição do nome da Escola foi ratificada pelo Despacho nº 24483/2002 (2ª série) de 15 de outubro, que considerou “justa a proposta do conselho executivo (...) após a concordância da Câmara Municipal, no sentido de atribuir o nome Poeta Al Berto àquele estabelecimento de ensino”. Al Berto (Alberto Raposo Pidwell Tavares, nascido em 1948 e falecido em 1997) tornou-se assim o patrono da Escola, facto que foi assinalado na comemoração oficial do Dia da Escola, em 23 de novembro de 2002. A sua designação atual é Escola Secundária Poeta Al Berto.

A Escola constitui a tipologia T42, cujas instalações distribuem-se por salas de aula gerais, pavilhão desportivo, espaços exteriores para a prática desportiva, laboratórios de Física e de Química, de Biologia e Geologia, salas de informática, sala de línguas, sala *Os dias sem ninguém*, gabinetes de trabalho, Biblioteca, sala de atendimento aos Encarregados de Educação, *Laboratório de Aprendizagem* (recentemente constituído), *Sala de Estudo*, Sala Polivalente, *Gabinete de Educação para a Saúde*, gabinete do *Serviço de Psicologia e Orientação*, portaria, PBX, Reprografia, Papelaria, Bufete, Sala de Convívio, *Café Central*, Refeitório, Cozinha e Serviços Administrativos.

Constituem serviços da escola: Biblioteca Escolar, Serviços Administrativos, Reprografia, Papelaria, Bar, Refeitório Escolar, Serviço de Psicologia e Orientação. O Centro de Formação do Alentejo Litoral encontra-se sediado nas instalações da escola.

6. Meio envolvente

Sines, Terra de Vasco da Gama, é, desde os seus primórdios, ponto de confluência de grande diversidade de culturas.

A cidade de Sines tem como principal referência o seu porto de águas profundas que dispõe de condições naturais ímpares, na costa portuguesa, para acolher todos os tipos de navios. Apetrechado com terminais modernos e especializados e dotado de

excelentes acessibilidades marítimas, é líder nacional na quantidade de mercadorias movimentadas e a principal porta de abastecimento energético do país (petróleo e derivados, carvão e gás natural). Sendo considerado o principal porto na fachada ibero-atlântica, apresenta-se já como um importante porto de carga geral/contentorizada e detém um potencial de crescimento capaz de o tornar numa referência ibérica, europeia e mundial. Associada a esta importante infraestrutura encontra-se a Zona Industrial e Logística de Sines que acolhendo já um conjunto muito variado de empresas industriais e de serviços, apresenta ainda capacidades para receber novos projetos nos setores marítimo-portuário, industrial e logístico. Deve ainda referir-se a evolução de atividades ligadas ao setor das pescas, como as indústrias de congelados, do turismo e lazer e do comércio grossista e retalhista que, em conjunto, representam uma importante fonte de emprego local.

7. Comunidade Escolar

Quadro 1 – Pessoal docente

N.º de docentes em exercício			Habilitações				Situação		
H	M	Total	a)	b)	c)	d)	C	QZP	QE
9	43	52	0	42	6	4	7	2	43

a) Bacharelato; b) Licenciatura; c) Mestrado; d) Doutoramento

Quadro 2 – Pessoal não docente (últimos 3 anos)

Assistentes Técnicas	Assistentes Operacionais	Técnicos Superiores
8	11	1

Quadro 3 – População estudantil

2017 - 2018		2018 - 2019		2019 - 2020	
Rapazes	Raparigas	Rapazes	Raparigas	Rapazes	Raparigas
217	277	201	279	219	259
Total: 494		Total: 480		Total: 478	

8. Oferta formativa

No 3.º ciclo e no ensino secundário, a escola proporciona a aprendizagem de Inglês e Francês, podendo igualmente proporcionar o Alemão como línguas estrangeiras. No 7.º e 8.º anos tem oferecido ainda a opção de Oficina de Artes.

No ano letivo de 2019/2020, no ensino básico, deu-se início à opção do Ensino Artístico Articulado na área de Música, em parceria com a Escola de Artes do Alentejo

Litoral e ainda a reabertura do Curso de Educação e Formação – Operador de jardinagem, tipo II.

No ensino secundário, a oferta formativa abrange todos os cursos científico-humanísticos e, na via profissionalizante, tem-se procurado ajustar os interesses dos alunos aos recursos da escola e aos interesses das forças económicas e sociais da região.

Quadro 4 – Percursos no ano letivo de 2019/2020

Ano de escolaridade	Curso	
	Científico-Humanístico	Via Profissionalizante
Básico	----	Curso de Educação e Formação Operador de Jardinagem
10.º Ano	Ciências e Tecnologias	Animador Sociocultural
	Ciências Socioeconómicas	
	Línguas e Humanidades	
	Artes Visuais	
11.º Ano	Ciências e Tecnologias	----
	Ciências Socioeconómicas	
	Línguas e Humanidades	
12.º Ano	Ciências e Tecnologias	Técnico de Desporto
	Línguas e Humanidades	Técnico de Apoio Psicossocial

9. Diagnóstico Estratégico da Escola

O PEE é elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias, segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

A equipa de trabalho do Conselho Pedagógico, responsável pela sua atualização, aplicou diferentes questionários a pessoal docente, discentes, encarregados de educação e representantes da comunidade a fim de recolher informação para poder identificar os problemas/necessidades da nossa Escola a serem trabalhados.

No quadro seguinte identificam-se os problemas a tratar no atual Projeto Educativo.

Quadro 5 – Problemas/Necessidades diagnosticados

Problemas/Necessidades Diagnosticados
A manter do Projeto Educativo anterior:
- Fraca valorização do Saber pelos alunos.
- Necessidade de valorizar as relações interpessoais favoráveis ao exercício da cidadania, da cooperação e da solidariedade.
- Reduzida participação dos pais e encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos.
Novos Problemas
- Indisciplina na sala de aula.
- Necessidade de aproximação da escola ao meio.

10. Sucesso escolar

A ESPAB é uma escola pública que recebe alunos de vários estratos sociais e/ou culturais, o que a predispõe para contextos de aprendizagens orientados para uma cultura inclusiva, mas também para a importância do trabalho e da responsabilidade, valores de referência para a promoção de valor e excelência. O PEE constitui, assim, um documento estruturante de promoção do sucesso escolar dos alunos, bem como do seu acompanhamento a partir de mecanismos periódicos de medição dos resultados. A medição periódica do sucesso escolar permite analisar os dados e introduzir adequações necessárias nas estratégias a implementar.

Quadro 6 – Avaliação Interna

9.º Ano	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Português	3,2	3,4	3,3
Matemática	2,9	2,9	2,9
11.º Ano	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Filosofia	12,9	12,1	13,1
Biologia e Geologia	15,4	12,6	14,0
Física e Química A	13,1	10,9	13,1
MACS	12,5	12,0	12,3
Geografia A	11,7	12,1	12,6
12.º Ano	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Português	12,2	12,2	12,3
Matemática A	11,6	12,8	11,4
História A	11,5	12,4	12,3

11. Projetos

A Escola tem participado em diversos projetos, de âmbito concelhio e nacional, criando uma dinâmica que trouxe mais-valias, quer do ponto de vista da inovação, quer na partilha de boas práticas. Estes projetos, sintetizados na tabela seguinte, têm permitido melhores aprendizagens, o acesso a equipamentos e experiências diferentes e também a promoção da escola enquanto elemento ativo do concelho de Sines. Proporcionaram aos alunos oportunidades de valorização pessoal, de enriquecimento das aprendizagens curriculares, ao mesmo tempo que se assumiram como formas de educação para uma cidadania mais informada e participativa e para fomentar a solidariedade, o espírito de tolerância e o interculturalismo.

Quadro 7 – Projetos

Projetos	Âmbito
<i>EDP Partilha</i>	Cidadania ativa, responsável e participativa
<i>Clube da Ciência</i>	Ciência e Ambiente
<i>Make a wish</i>	Cidadania e Criatividade
<i>Operação Nariz Vermelho</i>	Cidadania
<i>Desporto Escolar</i>	Desporto, Saúde e Bem-Estar
<i>Gabinete de Educação para a Saúde</i>	Cidadania, Saúde e Bem-Estar
<i>Ecosistemas de Aprendizagem e Bem-Estar (EsABE)</i>	Cidadania, Saúde e Bem-Estar
<i>Todos Contam</i>	Literacia financeira
<i>Parlamento dos Jovens do Ensino Secundário</i>	Cidadania ativa, responsável e participativa
<i>Um livro, uma comunidade Tertúlia Literária</i>	Literacia da Leitura
<i>Eco-Escolas</i>	Cidadania e Ambiente
<i>Projeto Eletrão</i>	Cidadania e Ambiente

11.1 Educação Sexual

A implementação da educação sexual em meio escolar é obrigatória por lei (Decreto-Lei nº 259/2000 de 17 de outubro), porquanto tem como objetivo promover a saúde física, psicológica e social de crianças e jovens. A ESPAB tem longa experiência na implementação da mesma, promovendo-a sistemática e consistentemente, independentemente dos avanços e recuos que se vão constatando na sociedade civil e em termos políticos.

Apresenta-se, de seguida, as finalidades e o quadro síntese do modo como a educação sexual é implementada atualmente na ESPAB, e em conformidade com a Lei n.º 60, de 5 de agosto de 2009 e a Portaria n.º 196, de 9 de abril de 2010, bem como um quadro de clarificação da participação dos alunos e pais e encarregados de educação em todo o processo.

Finalidades da Educação sexual:

- a) A valorização da sexualidade e afetividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa;
- b) O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade;
- c) A melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais dos jovens;
- d) A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infeções sexualmente transmissíveis;
- e) A capacidade de proteção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais;
- f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais;
- g) A valorização de uma sexualidade responsável e informada;
- h) A promoção da igualdade entre os sexos;
- i) O reconhecimento da importância de participação no processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnicos de saúde;
- j) A compreensão científica do funcionamento dos mecanismos biológicos reprodutivos;
- k) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual.

Quadro 8 – Implementação da Educação Sexual

Parceria com Centro de Saúde (Art.º 9.º, Lei 60/2009)	Coordenador e Equipa (Art.º 8.º, Lei 60/2009)	Gabinete de informação e comunicação (Art.º 10.º, Lei 60/2009)	Projeto de Educação Sexual das turmas (Art.º 7.º, Lei 60/2009)
<p>Faz parte da rotina instituída da educação sexual na escola e tem-se revelado uma prática de sucesso.</p> <p>Reunião anual em que se planificam as atividades a privilegiar (complemento do Projeto de Educação Sexual das turmas).</p> <p>Acompanhamento e reformulação das atividades de acordo com necessidades.</p>	<p>Coordenador e vários membros da equipa têm formação específica na área.</p> <p>Planificação de atividades extracurriculares (complemento do Projeto de Educação Sexual das turmas).</p> <p>Formação e acompanhamento a DT.</p> <p>Disponibilização de banco de recursos com orientações, materiais didáticos e avaliação para professores.</p> <p>Avaliação.</p>	<p>Disponibilização de materiais (Planeamento familiar, livros técnicos, etc.).</p> <p>Atendimento a alunos (e eventual encaminhamento para Centro de Saúde).</p>	<p>Todas as turmas da escola têm Projeto.</p> <p>Carga horária anual mínima: 12 horas.</p> <p>Elaborado numa perspetiva transversal, que inclui as várias disciplinas cujos <i>curricula</i> contemplam conteúdos e competências de educação sexual (ex. Cidadania e Desenvolvimento, Português, Inglês, Francês, Filosofia, Ciências/Biologia, História, etc.) ou DT-AL.</p> <p>Avaliado na reunião de final de ano letivo.</p>

Quadro 9 – Participação dos alunos e dos pais na Educação Sexual

Alunos	Pais
Através das respetivas turmas com os DT ou membros do GES (em DT-AL), nas várias disciplinas cujos <i>curricula</i> contemplam conteúdos e competências de ES (ex. Cidadania e Desenvolvimento, Português, Inglês, Francês, Filosofia, Ciências / Biologia, História etc.).	Através da reunião inicial com DT (informação sobre equipa, gabinete e educação sexual).
Através das atividades extracurriculares promovidas pelo Centro de Saúde (ou outras instituições).	Representantes participam na reunião de CT onde a abordagem de ES é discutida e planificada em conjunto.
Através de acompanhamento individual (quando necessário) pelo Centro de Saúde.	Informação genérica acerca do que foi/irá ser trabalhado (de acordo com objetivos mínimos consagrados na portaria n.º 196-A/2010 e/ou necessidades evidenciadas pela turma) na reunião de entrega de avaliações de 1.º/ 2.º/ 3.º períodos com DT.
Através de acesso direto a equipa de GES e o gabinete de informação e comunicação.	Através do CG, quando se faz apreciação de documentos relativos a PE e PAA.
Através do CG, quando se faz apreciação de documentos relativos a PE e PAA (alunos do secundário).	

12. Parcerias

Para a consecução destes projetos tem sido fundamental o apoio e a colaboração estreita das entidades e instituições parceiras, tais como:

- Câmara Municipal de Sines;
- Juntas de Freguesia de Sines e Porto Covo;
- Centro de Saúde de Sines;
- GNR, no âmbito do Programa Escola Segura;
- Escola de Condução Sudoeste;
- Escola de Artes do Alentejo Litoral (EAAL);
- Sines Tecnopolo;
- Resgate - Associação de Nadadores Salvadores do Litoral Alentejano;
- Clube de Saúde Kalorias;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sines (CPCJ);
- Centro de Recursos para a Inclusão (CRI);
- Centro de Artes de Sines (CAS);
- Laboratório do Mar da Universidade de Évora;
- Energias de Portugal (EDP);
- Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS);
- GALP Energia;
- Rádio Sines;
- clubes desportivos e recreativos;
- empresas do tecido empresarial local, entre outras.

13. Princípios orientadores do currículo dos ensinos básico e secundário e da avaliação das aprendizagens

O currículo dos ensinos básico e secundário da ESPAB, no cumprimento do Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho, tem como referencial do Currículo Nacional Comum os seguintes princípios:

- a) Promoção da melhoria da qualidade das aprendizagens;
- b) Concretização de um exercício efetivo de autonomia curricular assente na promoção efetiva do PEE;
- c) Garantia de uma escola inclusiva na promoção da igualdade e da não discriminação em todos os contextos de ensino aprendizagem;
- d) Reconhecimento do papel dos professores enquanto agentes ativos no desenvolvimento do currículo e da avaliação;
- e) Envolvimento dos alunos e encarregados de educação na identificação das opções curriculares da escola;
- f) Promoção da progressividade entre os dois ciclos escolares (3.º ciclo do ensino básico e o secundário), numa perspetiva de articulação dos currículos;
- g) Valorização do ensino secundário tendo em conta os interesses vocacionais dos alunos;

- h) Mobilização dos diversos agentes educativos para a promoção do sucesso educativo de todos os alunos;
- i) Valorização da gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo realizados e avaliados pelo conjunto dos professores do conselho de turma ou do ano de escolaridade;
- j) Valorização dos percursos e progressos realizados por cada aluno como condição para o sucesso e concretização das suas potencialidades máximas;
- k) Promoção da educação para a cidadania e do desenvolvimento pessoal, interpessoal, e de intervenção social, ao longo de toda a escolaridade obrigatória;
- l) Integração da educação sexual, no âmbito do Plano Curricular de Turma (PCT), valorizando a afetividade no desenvolvimento individual e a sexualidade informada;
- m) Valorização do trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento, na realização e na avaliação do ensino e das aprendizagens.

13.1. Opções estruturantes de natureza curricular e pedagógica

Nos termos dos números 2 e 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, o Conselho Pedagógico definiu as seguintes opções estruturantes de natureza curricular, a saber:

- tempos letivos de 50 minutos para todos os anos de escolaridade;
- funcionamento da área Educação Artística e Tecnológica a definir em função dos recursos humanos e interesses dos alunos;
- coadjuvação nas disciplinas com maior insucesso e para acompanhamento de alunos com necessidades de saúde especiais;
- apoios orientados para colmatar dificuldades de aprendizagem e/ou conteúdos em défice, comprometedores do processo de ensino/aprendizagem;
- núcleo de explicações para as disciplinas sujeitas a exame final;
- aulas de preparação para exame, no 9.º, 11.º e 12.º anos.

Anualmente, o Conselho Pedagógico define outras opções curriculares para além das acima elencadas, em função não só dos interesses e necessidades dos alunos, mas também como parte da resposta aos problemas diagnosticados neste Projeto Educativo, em particular visando a promoção da melhoria e do reforço das aprendizagens, bem como o desenvolvimento de competências.

14. Linhas de atuação para a inclusão

O quadro legal que suporta a flexibilidade curricular, o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, assim como as aprendizagens essenciais e o novo regime legal para a Inclusão Escolar, constituem os pilares de um modelo de ensino empenhado num processo de mudança cultural, organizacional e operacional.

A escola (ESPAB) procura desenvolver ambientes educativos cada vez mais inclusivos, assentes num esforço conjunto para gerir integrada e construtivamente as atividades, providenciar um sistema de apoios adequado e valorizar o contributo de todos com vista ao sucesso de todos.

Os princípios preconizados pelo Decreto-lei n.º 54/2018 e atualizados pela Lei 116/2019, de 13 de setembro, determinaram as seguintes linhas de orientação:

a) desenvolvimento de uma cultura de escola inclusiva

- visão integrada e contínua da abordagem educativa e da noção de responsabilidade coletiva;
- liderança facilitadora e focada no apoio à mudança das práticas e na procura de melhores soluções educativas;
- trabalho colaborativo;
- profissionalidade docente;
- envolvimento parental;
- consolidação progressiva de mecanismos de monitorização e de autoavaliação.

b) desenvolvimento de opções metodológicas inclusivas

- intervenção multinível no acesso ao currículo, acolhendo a diversidade e reconhecendo a necessidade de abordagens diferenciadas para garantir a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de potencialidades;
- identificação de fatores que facilitam e/ou dificultam o progresso e o desenvolvimento das aprendizagens, simplificando a afetação de respostas educativas adequadas;
- identificação das medidas de suporte necessárias para o aluno, baseado em evidências identificadas;
- implementação de um continuum de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (universais, seletivas, adicionais) com vista à remoção de barreiras à aprendizagem;
- monitorização e acompanhamento das medidas implementadas através de suportes criados para registo e avaliação periódica.

c) organização e gestão de recursos específicos de apoio à aprendizagem e inclusão

- recursos humanos específicos: professor/es de educação especial no quadro de nomeação definitiva da escola; psicólogo/s; assistentes operacionais;
- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), à qual cabe um conjunto de atribuições e competências de sensibilização e de apoio à operacionalização da educação inclusiva;
- Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), assente numa visão integrada dos sistemas de apoio de que a escola dispõe. Pretende-se implementar, de forma faseada, uma estrutura constituída por espaços dinâmicos, plurais e agregadores de recursos humanos e materiais, que mobilize para a inclusão os saberes e competências de todos os intervenientes educativos.

15. Quadros operacionais de indicadores e metas¹ do Projeto Educativo

Quadro 10 – Problema A

PROBLEMA A: Fraca valorização do Saber pelos alunos		
OBJETIVO GERAL: Melhorar os resultados académicos		
Estratégias	Metas	Indicadores de avaliação
Desenvolvimento de metodologias de ensino/aprendizagens ativas e diversificadas.	Conseguir que em todas as turmas sejam desenvolvidas atividades de aprendizagem diversificadas e/ou com recurso à utilização das novas tecnologias.	Número de atividades por turma
Desenvolvimento de modalidades de avaliação diversas.	Conseguir que a taxa de transição/aprovação no 3.º ciclo seja superior a 90 %.	Taxas de transição por ano de escolaridade
Utilização de instrumentos e técnicas de avaliação diversificados.	Situar a média das classificações obtidas pelos alunos internos nas provas de exame final num valor igual ou superior à média nacional.	Resultados da avaliação externa
Reforço de práticas de ensino diferenciado na sala de aula.		
Promoção de reflexão nos grupos disciplinares sobre fatores determinantes do sucesso/insucesso.	Conseguir que o percentil nacional da Escola, em todas as disciplinas com exame nacional, apresente uma tendência positiva a partir de 2020.	Resultados da avaliação externa Dados da MISI (DGEEC)
Aplicação de medidas de promoção de sucesso adequadas ao perfil do aluno.	Aumentar em 10% o número de alunos que integra o Quadro de Excelência, tendo como referência o ano letivo anterior.	N.º de alunos do <i>Quadro de Excelência</i>
Planificação de domínios de articulação curricular (DAC), com base na metodologia de trabalho de grupo/projeto, recorrendo a práticas de interdisciplinaridade significativas.	Concretizar pelo menos um DAC e/ou um projeto interdisciplinar em cada turma por ano letivo.	N.º de turmas envolvidas N.º de projetos N.º de disciplinas
Promoção da leitura, em articulação com a BE, numa perspetiva interdisciplinar.	Conseguir concretizar, pelo menos, uma atividade em cada turma por ano letivo.	N.º de turmas N.º de disciplinas
Diversificação da oferta formativa. Maior investimento na prevenção de situações de abandono escolar.	Reduzir em 80% a taxa de abandono tendo como referência o ano letivo anterior.	Taxa de abandono escolar

¹ Definidas por referência ao ano letivo anterior.

Quadro 11 – Problema B

PROBLEMA B: Reduzida participação dos pais e encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos		
OBJETIVO GERAL: Envolver os pais e encarregados de educação no processo ensino-aprendizagem		
Estratégias	Metas	Indicadores de avaliação
Desenvolvimento de atividades que envolvam os encarregados de educação (EE) no processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos.	Aumentar em 5% a participação dos pais/encarregados de educação/familiares em atividades dinamizadas pela Escola.	N.º de atividades % de Pais/EE/Familiares
Promoção de ações de formação/sensibilização para EE.	Conseguir que 60% do universo de EE definido para cada ação esteja presente.	N.º / % de participantes
Articulação de atividades com a Associação de Pais.	Articular, pelo menos, uma atividade por ano letivo.	N.º de atividades

Quadro 12 – Problema C

PROBLEMA C: Indisciplina na sala de aula		
OBJETIVO GERAL: Melhorar comportamentos dentro da sala de aula		
Estratégias	Metas	Indicadores de avaliação
<p><i>Divulgação, análise e reflexão do Estatuto do Aluno e da Ética Escolar, Regulamento Interno e Código de Conduta com os alunos e EE.</i></p> <p>Promoção da realização de assembleias de turma e Delegados de Turma.</p> <p>Promoção de sessões para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos ajustados à sala de aula no âmbito dos tempos (não letivos) do DT, Área de Integração e/ou na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.</p>	<p>Realizar uma assembleia de turma por período.</p> <p>Realizar, pelo menos, duas assembleias de Delegados de Turma por ano letivo.</p> <p>Reduzir o número de participações disciplinares em 10% tendo como referência o ano letivo anterior.</p> <p>Conseguir que, pelo menos, 80% das apreciações relativas ao comportamento sejam satisfatórias.</p>	<p>N.º de assembleias realizadas</p> <p>N.º de assembleias de Delegados realizadas</p> <p>N.º de sessões desenvolvidas N.º de participações disciplinares</p> <p>N.º de apreciações registadas nas atas de CT</p>

Quadro 13 – Problema D

PROBLEMA D: Necessidade de aproximação da escola ao meio		
OBJETIVO GERAL: Envolver o Meio em projetos desenvolvidos pela escola		
Estratégias	Metas	Indicadores de avaliação
Divulgação do PE de modo a envolver a comunidade.		
Desenvolvimento de atividades em parceria com entidades concelhias. Estabelecimento de novas parcerias com as entidades concelhias.	Aumentar em 5% o número de atividades que envolvam parcerias, tendo como referência o ano letivo anterior.	N.º de atividades
Colaboração com entidades em projetos de cidadania e desenvolvimento e/ou outros projetos no âmbito da cultura, da saúde, do ambiente, do desporto e das ciências e tecnologias que reforcem a marca identitária da Escola.	Promover, pelo menos, 5 projetos por ano letivo. Conseguir que 80% do universo dos convidados esteja presente.	N.º de projetos N.º/ % de presenças
Promoção da participação de representantes das entidades concelhias nos eventos da Escola (dia do Diploma, atividades da Semana da Escola ...).	Conseguir que, pelo menos, um representante das entidades concelhias esteja presente.	N.º de presenças

Quadro 14 – Problema E

PROBLEMA E: Necessidade de valorizar as relações interpessoais favoráveis ao exercício da cidadania		
OBJETIVO CENTRAL: Implementar uma cultura de respeito pelo outro e pelo ambiente		
Estratégias	Metas	Indicadores de avaliação
Promoção de ações na área do desenvolvimento cívico dos alunos no âmbito da comunidade escolar.	Conseguir que cada turma dinamize e/ou participe ativamente, pelo menos, uma/numa ação em cada ano letivo.	N.º de ações realizadas/Turmas envolvidas
Organização de sessões para alunos, promotoras de atitudes de respeito e tolerância (<i>bullying, homofobia, xenofobia...</i>).	Conseguir que cada turma participe, pelo menos, numa ação em cada ano letivo.	N.º de ações/Turmas N.º de alunos no <i>Quadro de Valor</i>
Promoção de atitudes de valorização e promoção da sustentabilidade ambiental e qualidade de vida.	Conseguir que a escola concretize a recolha e seleção de resíduos sólidos urbanos.	N.º de contentores com resíduos sólidos urbanos devidamente separados
	Conseguir que a Escola reduza em 10% o consumo de papel através da criação de dossiês digitais.	N.º de dossiês digitais N.º de impressões N.º de cópias
	Conseguir a reabilitação dos espaços escolares.	N.º de espaços reabilitados/número de espaços a reabilitar

16. Divulgação

Em cumprimento do princípio da administração aberta (artigo 17 do CPA, Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro) e na persecução dos objetivos da função educativa, o PEE é disponibilizado e divulgado a toda a comunidade educativa pelos meios mais expeditos, nomeadamente na página eletrónica da escola, aos membros do Conselho Pedagógico e Conselho Geral, aos Representantes de grupo de recrutamento, bem como a todos os docentes e não docentes, por correio eletrónico.

17. Monitorização e avaliação do Projeto Educativo

O PEE é um documento dinâmico, passível de ser reformulado pelos órgãos competentes durante o seu prazo de vigência. Assim, o documento é sujeito à monitorização periódica, em resultado de dados novos que resultem de avaliações da sua execução, com particular ênfase no grau de consecução das metas definidas.

A Equipa de Elaboração/Acompanhamento do Projeto Educativo do Conselho Pedagógico será responsável pelo acompanhamento e avaliação do Projeto Educativo, que trabalhará com a equipa de avaliação interna. O balanço final relativo ao grau de concretização das metas fixadas será feito no final do triénio.

18. Bibliografia

Bibliografia de referência:

- AZEVEDO, Rui, Eduardo Fernandes, Horácio Lourenço, et al. *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação – Guião de Apoio*, Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.
- BRITO, Carlos (1991). *Gestão Escolar Participada*. Lisboa: Texto Editora.
- COSTA, Jorge Adelino (1992). *Gestão Escolar – Participação, Autonomia, Projeto Educativo da Escola*. Lisboa: Texto Editora.

Documentos consultados:

- Sítio: [Simplex+](#)
- Projeto Educativo anterior
- Projeto de Intervenção da Diretora
- Dados Estatísticos da Escola

Quadro normativo:

- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho – Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho – Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidade de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.
- Código de Procedimento Administrativo, Artigo 17, Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.
- Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho – Procede à segunda alteração ao Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis n.ºs 115/97, 19 de setembro, 49/2005, 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de agosto (Lei de Bases do Sistema Educativo).
- Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro – Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, 12 de agosto (Constituição da República Portuguesa).

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 29 de julho de 2021